



REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 16-1 (2023)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2023.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: 10.12957/rqi.2022.71944

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science e no Google Scholar com mediana H5 de 9,0, de periodicidade trimestral, nesse volume 16, número 01, 2023, tem o prazer de informar que o artigo “FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. Quando a casa é a prisão: uma análise de decisões de prisão domiciliar de grávidas e mães após a Lei 12.403/2011. Revista Quaestio Iuris, v. 9, n. 1, p. 349-375 2016. [1091946]. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/18579>” foi citado na coletânea do Supremo Tribunal Federal – STF “Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF). Direitos da criança e do adolescente [recurso eletrônico]: jurisprudência do STF e bibliografia temática Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2017, p. 134.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “Gobierno abierto, gobernanza y desarrollo sostenible: una visión en la era post covid-19” de Maria Fatima Pinho de Oliveira, Doutora em Direito Internacional Público, Menção em Direitos Humanos (ULAC). Mestre e Especialista em Direito Penal (USM). Advogado (USM). Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Simón Bolívar (USB), Venezuela, e de Gustavo Hernández, Doutor em Ciências Sociais (UCV). Professor Titular (UCV). Diretor do Centro de Pesquisa em Comunicação (UCAB). Ex-Diretor do Instituto de Pesquisas em Comunicação, (ININCO), Universidade Católica Andrés Bello, Venezuela.

O artigo “Gobierno abierto, gobernanza y desarrollo sostenible: una visión en la era post covid-19” discute a idéia de Governo Aberto, centrado nos pilares da transparência, colaboração e participação, que se tornou incorporado em muitos governos para fortalecer a criação de governos democráticos de acordo com as demandas das sociedades de informação de hoje e que atuam com base nos princípios de responsabilidade, transparência e acesso à informação de interesse geral. Neste sentido, através de uma metodologia documental, o objetivo do artigo é descrever teoricamente a influência do Governo Aberto no contexto da governança e do desenvolvimento sustentável. A administração pública no mundo de hoje exige flexibilidade, criatividade, eficácia, eficiência, participação, cooperação e co-responsabilidade. O governo aberto atravessa a Agenda 2030, porque o SDG 16 propõe moldar uma nova estrutura de governança pública e uma arquitetura estatal renovada para promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, facilitar o acesso à justiça para todos, e construir instituições eficazes, responsáveis, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 16, número 01, 2023, publicamos 15 (quinze) artigos inéditos, sendo 06 (seis) artigos estrangeiros: o já citado “Gobierno abierto, gobernanza y desarrollo sostenible: una visión en la era post covid-19” de Maria Fatima Pinho de Oliveira, Doutora em Direito Internacional Público, Menção em Direitos Humanos (ULAC). Mestre e Especialista em Direito Penal (USM). Advogado (USM). Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidad Simón Bolívar (USB), Venezuela, e de Gustavo Hernández, Doutor em Ciências Sociais (UCV). Professor Titular (UCV). Diretor do Centro de Pesquisa em Comunicação (UCAB). Ex-Diretor do Instituto de Pesquisas em Comunicação, (ININCO), Universidad Católica Andrés Bello, Venezuela; “A diáspora dos trabalhadores dos países industrializados rumo aos países em desenvolvimento e do terceiro mundo: a revolução laboral do século XXI” de Lurdes Varregoso Mesquita, Maria João Machado, Maria Malta Fernandes, Patrícia Anjos Azevedo, Sérgio Tenreiro Tomás, Susana Sousa Machado, todos professores da Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Politécnico do Porto, Porto, Portugal; “Los actos jurídicos en el mundo Metaverso”, de Roberto Sanromán Aranda, Professor Pesquisador da Universidad Autónoma del Estado de México, Centro Universitario UAEM Valle de México. Membro do Sistema Nacional de Investigadores Nivel I, Universidad Autónoma del Estado de México. México, Universidad Autónoma del Estado de México, Mexico; “El Estado de derecho y la construcción social del miedo: violencia y desplazamiento forzado en México” de Juan Cajas, Mestre em Sociologia Política pelo Instituto "Dr. Mora" e Doutor em Antropologia Social pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professor-pesquisador em tempo integral da UAEM, titular B. Professor convidado do Doutorado em Direito da Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ), México. Membro do Sistema Nacional de Investigadores (SNI), México, Universidad Autónoma del Estado de Morelos - UAEM, Cuernavaca, México; “Forensic study of the principle of due process in Latin America” de Carlos Manuel Rosales Garcia, Doutor e Mestre em Direito pela Universidad de Chile (Santiago, Chile). Licenciado em Direito pela Universidad Nacional Autónoma de México. Diplomado em Estado de Direito pela Universidade de Heidelberg, Universidad de Chile, Chile e “Reflexiones sobre la convencionalidad de la reelección presidencial indefinida”, de Raul Montoya Zamora, Professor-pesquisador da Faculdade de Direito e Ciências Políticas Jurídicas da Universidad Juárez del Estado de Durango, Mexico.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “A violência necropopulista do governo Bolsonaro e o ataque ao projeto constitucional de Estado de bem-estar social democrático no Brasil”, de Andre Leonardo Copetti Santos, Pós-Doutor pela Universidade



do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e pós-doutorando pela Universidade de Santiago do Chile (USACH), professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIJUÍ, IJUÍ, RS e do Programa de Pós-Graduação em Direito da URI, Santo Ângelo, RS e de Humberto Acacio Trez Seadi, Professor das disciplinas Direito Administrativo e Processo Civil do CNEC - Santo Ângelo. Rio Grande do Sul.

A monografia tem como objetivo central demonstrar o caráter necropopulista das narrativas e ações políticas do governo Bolsonaro e o potencial de violência nelas contido contra o projeto constitucionalizado de bem-estar social e democrático. O artigo demonstra, em primeiro lugar, as bases ideológicas da social democracia que foi positivada no texto constitucional através de um modelo de Estado de bem-estar social. Em seguida, faz uma análise, a partir de uma tipologia da violência, acerca da possibilidade de considerar-se como violência, ações governamentais que, aparentemente, possam ser consideradas como opções políticas baseadas em uma visão de mundo particular. Por fim, procura desvelar o caráter de violência objetiva (sistêmica, estrutural e simbólica) que está arraigado a discursos, entrevistas e ações do governo de Bolsonaro, que atingem frontalmente e visam desestruturar o avanço civilizatório-constitucional que representou a posituação do Estado de Bem-Estar Social e Democrático na Constituição da República de 1988.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas: “Perspectiva libertária da intervenção do Estado no Brasil: a inovação como questão” e “A dignidade da pessoa humana e a audiência de custódia: uma reflexão a partir da exigência indiscriminada do uso de algemas no Rio de Janeiro”.

Nesse número da Revista aumentamos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 700 (setecentos) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota - Editor da Revista Quaestio Iuris



Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com

